

Ata da Reunião Extraordinária de 1 08 de julho de 2005

2 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

3

4 Aos oito dias do mês de julho do ano de dois mil e cinco, com início às quatorze horas e trinta minutos

5 realizou-se a reunião extraordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente -

6 CMDCA, na sala de reuniões da Reitoria, no bloco A, na FURB, sob a coordenação de Maria Aparecida de

7 Moraes, representante da Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente - SECRIAD e com as presenças

8 de Daniela Woiciechowski, representando à Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente - SECRIAD;

9 Alexandre Farias, representando a Fundação Cultural de Blumenau - FCB; Karin Z. Gouvêa da Costa,

10 representando a Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMASCRI; Cláudia Lange, representando a

11 Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS; Sônia R. de Souza e Darci Holler Pereira, representando a

12 Associação Blumenauense de Amparo aos Menores - ABAM; Daniela D. P. Nunes, representando a Associação

13 Assistencial Lar Betânia - AALB; Neiva de Assis e Leila P. Vieira Nagel, representando a Associação de

14 Voluntários de São Roque - AVSR; Umberto O. Campos, representando o Centro de Educação Amiguinho Feliz

15 - CEAF; Eva Salet Mendes Johann, representando a Pastoral da Criança - CNBB; Dora Neves Moritz,

16 representando o Lions Clube de Blumenau - Garcia - LCBG; Miriam S. Veiga, representando o Conselho

17 Tutelar Garcia; Maria Clara Cavalli, representando o Conselho Tutelar Centro; Roberto D. Saut da FURB, Dr.

18 Gustavo Mereles R. Diaz da Promotoria da Infância e Juventude; Dr. Álvaro L. Pereira de Andrade do Juizado

19 da Infância e Juventude; João Carlos Auersvaltd, James B. da Silva, Greyce Y. de Boni e Luciana S. Correia

20 do Centro de Internamento Provisório; Júlio César Pereira e Mário Hildebrandt da Secretaria Municipal de

21 Assistência Social, Criança e Adolescente - SEMASCRI; Maria Regina Cordini Golle, Helena T. Cassaniga

22 Nascimento, Rejane Wilwert, Perla Torrens e Patrícia Morastoni Sasse da Gerência de Gestão Social -

23 SEMASCRI;. **1º Abertura dos trabalhos e aprovação da ordem do dia.** A Coordenadora Geral Maria

24 Aparecida cumprimentou a todos e procedeu a leitura do edital de convocação nº 013/2005 e propôs a

25 inclusão na pauta, da discussão do projeto das atividades a serem realizadas em 13 de julho, no aniversário

26 de 15 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. A plenária concordou com a inclusão e a pauta ficou

27 aprovada da seguinte forma: Abertura dos trabalhos e aprovação da ordem do dia; Discussão do projeto das

28 atividades a serem realizadas em 13 de julho; Discussão da situação do CIP; Intervalo; Levantamento de

29 propostas e encaminhamentos; Palavra Livre; Encerramento. Em seguida a coordenadora Maria Aparecida

30 expôs o projeto, em nome da SEMASCRI, que propõe a realização de diversas atividades no Parque Ramiro

31 Ruedeguer, no dia 13 de julho. Haverá a participação de diversas Secretarias e serão oferecidas atividades

32 culturais, de lazer, informativas e recreativas; distribuição de bolo; lançamento do concurso literário que

33 será realizado nas escolas e Centros de Educação Infantil com proposta de premiação e de publicação do

34 material elaborado. Informou ainda que as atividades terão início em 13 de julho de 2005 e se encerrarão

35 em 13 de julho de 2006. O valor estimado para as atividades nesta data é de R\$ 1.710,00 (um mil e

36 setecentos e dez reais). A conselheira Salet informou que a comissão de finanças e captação tomou

37 conhecimento deste projeto no início desta reunião e em discussão perceberam a dificuldade na liberação

38 dos recursos, devido ao curto tempo para a burocracia necessária e para a aquisição dos materiais. Sugerem

39 que o recurso seja repassado a uma organização não governamental, repassando os recursos para a

40 aquisição do material, através de subvenção, o que agilizaria o processo. A conselheira colocou ainda, a

preocupação da comissão com o valor a ser gasto com a premiação do concurso literário, 41 já que a mesma

42 ainda não foi definida. Patrícia da gerência de gestão social informou que a intenção é que a premiação

43 seja um passeio no Parque Beto Carrero, em Penha. O Sr. Roberto informou que haverá um encontro da

44 associação Catarinense dos Conselhos Tutelares em Florianópolis, onde também será comemorado o

45 aniversário do Estatuto. Será no dia treze, com uma mobilização de toda a imprensa. O Sr. Roberto sugeriu

46 que o Conselho faça um texto para a imprensa e que o mesmo seja divulgado nas escolas, igrejas e nos

47 diversos espaços, mobilizando a comunidade para a proposta do Estatuto da Criança e do Adolescente. A

48 conselheira Salet diz que a proposta da comissão é que se libere o valor já citado e que o valor para a

49 premiação seja apresentado a comissão de finanças e captação em reunião a ser realizada no dia 12 de

50 julho e que a ONG Lar Betânia se dispõe a receber os recursos e comprar o material necessário. A

51 coordenadora colocou a proposta para apreciação e a mesma foi aprovada por unanimidade. A

52 coordenadora apresentou a conselheira Bernadete, que a partir deste momento será a representante da

53 Secretaria Municipal de Educação neste Conselho e agradeceu a presença do professor Roberto D. Saut da

54 FURB que se prontificou a mediar a discussão sobre o Centro de Internamento Provisório. **2º - Discussão da**

55 **situação do Centro de Internamento Provisório - CIP** - a coordenadora questionou a plenária como será a

56 dinâmica para a discussão deste assunto. O promotor Gustavo falou sobre a importância de se fazer um

57 resgate histórico e disse também que toda essa discussão começou com uma provocação da promotoria da

58 infância quanto a dinâmica de atendimento ao adolescente autor de ato infracional. Em seguida a

59 coordenadora iniciou a leitura do relatório histórico sobre a situação do CIP. Após alguns relatos a

60 conselheira Daniela da SEMASCRI propôs que se fizesse a apresentação de uma forma mais dinâmica, e a

61 coordenadora geral procedeu um resumo da situação de 2001 até o momento atual. O Sr. João informou que

62 atualmente o CIP atende doze adolescentes e que deste total apenas quatro estão com medida de

63 internação provisória, os demais aguardam vaga em Centro de Internação e que dois dos adolescentes, são

64 dos municípios de Pomerode e Navegantes. A conselheira Bernadete solicitou esclarecimentos sobre o CIP. O

65 promotor Gustavo esclareceu sobre os prazos e alguns procedimentos das medidas de internação provisória

66 e da internação propriamente dita. O promotor colocou ainda que “a grande discussão é se o município vai

67 assumir a internação ou vai aguardar que se construam mais CIP’s na região. Precisamos definir o que

68 queremos para Blumenau.” Na sua opinião, o município de Blumenau deveria assumir o atendimento,

69 garantindo desta forma o direito a convivência familiar e comunitária. A conselheira Daniela, da SEMASCRI

70 questionou se os adolescentes dos outros municípios que estão no CIP não estão tendo esses direitos

71 violados. O promotor respondeu afirmativamente e esclareceu sobre o entendimento que tinham construído

72 no ano passado sobre a importância do adolescente permanecer no município de origem, apesar de saber

73 que o CIP não é um Centro de Internação. Entendiam que pela proposta pedagógica desenvolvida pelo CIP,

74 ele estaria melhor aqui do que em Florianópolis e com muito mais condições de ser ressocializado. Que

75 fizeram então uma experiência de deixar os adolescentes com medida de internação no CIP e com uma

76 parceria com o programa de Semiliberdade. O promotor relatou ainda, que atualmente soube por esta

77 administração que herdaram um convênio feito pela administração anterior, dando direito ao Estado de

78 definir sobre as vagas no CIP. Disse também, que “é importante que este Conselho se manifeste quanto a

79 política de atendimento para os adolescentes infratores. O que queremos? Municipalizar o atendimento ou

80 deixar na mão do Estado? Temos a responsabilidade com os nossos adolescentes. A conselheira Daniela -

SEMASCRI diz que se for para acertar o CIP é para que ele atenda legalmente, isto é, quarenta 81 e cinco dias.

82 Patrícia questiona ao coordenador do CIP, quanto tempo os adolescentes estão no CIP, e o coordenador

83 responde que o mais antigo está à quatro meses. A conselheira Karin diz que não dá para uma instância

84 assumir a responsabilidade de outras instâncias. O promotor Gustavo esclarece que a lei diz que temos que

85 municipalizar o atendimento e que em nenhuma lei consta que é o Estado que tem que assumir. A

86 conselheira Karin pede ao Secretário Mário que informe como andam as negociações com o governo do

87 Estado. A pedagoga Greyce do CIP, disse que o posicionamento da equipe técnica é de olhar o que é melhor

88 para os adolescentes e que diante disso solicitaram a oportunidade de fazer uma experiência com os

89 adolescentes que tinham medida de internação, para que eles pudessem ficar em Blumenau, receber um

90 atendimento individualizado com vistas a regressão de medida, indo posteriormente para o programa de

91 Semiliberdade e/ou para programas sócio-educativos em meio aberto. Relatou ainda que tiveram

92 experiências muito positivas, obtendo sucesso com vários adolescentes e divulgando esta experiência

93 inclusive em outros Estados e municípios. A conselheira Daniela da SEMASCRI questionou se essa experiência

94 foi o suficiente para afirmar que é importante atender desta forma e de que se preocupa com a falta de

95 responsabilização do adolescente. A conselheira Daniela do Lar Betânia questiona em que situação o

96 adolescente sai do CIP, se ele tem garantido o acompanhamento familiar, profissional e escolar. O promotor

97 afirma que os diversos programas da rede deveriam estar mais integrados com o CIP para que este tipo de

98 coisa não aconteça. O coordenador do CIP colocou que todos os casos que tiveram regressão de medida e

99 foram encaminhados para o Semiliberdade eles obtiveram sucesso. O professor Roberto fez um resgate

100 colocando que “desde a promulgação da nova Constituição Federal esta questão vem sendo discutida.”

101 Observou que nas discussões há sempre “diversas leituras, algumas sociológicas, outras jurídicas ou

102 filosóficas. Existem questões a serem analisadas que são estruturais e outras que são conjunturais.”

103 Salientou a importância de hoje termos um Ministério Público comprometido com a doutrina da proteção

104 integral, diferente de que, quando esta discussão começou. “Em 2001 o promotor queria que os

105 adolescentes ficassem trancafiados. Precisamos ter claro a questão conjuntural baseada numa

106 fundamentação teórica e técnica e não ficarmos apenas com os problemas estruturais. Estamos aqui para

107 lutar pelos direitos fundamentais.” Procedeu a leitura do art. 88 do ECA e disse: “é importante que haja

108 articulação e que se tenha claro os princípios do ECA. Cada ator tem que cumprir o seu papel. O Ministério

109 Público, o Poder Judiciário o Poder Executivo e a Sociedade Civil. É importante investir nos programas em

110 meio aberto e não em programas fechados.” O Sr Roberto sugeriu a plenária a seguinte proposta: Que sejam

111 reunidos todos os atores sociais envolvidos e que se forme um Fórum de discussão de forma imediata, para

112 que se clarifique quais são os nossos conceitos, para que deixem de ser abstratos e fiquem claros. Que seja

113 feito um documento com toda essa conceituação para então discutir com o Governo do Estado. Esse

114 documento deverá ter a definição dos conceitos, os objetivos gerais e específicos do que queremos para

115 cada situação. Que sejam anexados os documentos históricos e que fique claro a definição de papéis.

116 Propôs também que essa proposta se realize em quatro momentos: 1º - Discutir no município com todos os

117 órgãos envolvidos; 2º - Discutir com o governo em nível regional; 3º - Discutir com o Governo Estadual; 4º -

118 Definir se quer se fazer consórcio regional e posteriormente apresentar toda essa discussão e definições

119 para os Conselhos Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. O Sr. Roberto concluiu

120 dizendo que a FURB se coloca à disposição para discutir e implementar esta proposta. O secretário Mário

disse que “o município de Blumenau tem uma dívida histórica, onde o município se 121 coloca podendo fazer

122 tudo. Se alguém se exime, Blumenau faz. O governo vem trabalhando para que haja conexão e

123 responsabilidades com o governo do Estado. Na conversa que tiveram com o Estado, o mesmo se manteve

124 firme nas suas decisões, o que forçou o município a deixar que ele assuma. O município quer buscar

125 alternativas, quer discutir, não se eximir de sua responsabilidade.” O secretário falou ainda que tem

126 informações de que o CIP é de responsabilidade do governo estadual. O Sr. Roberto esclareceu que o Estado

127 tem co-responsabilidade. E que quando se fala que é do Estado, é porque a segurança pública, o Ministério

128 Público e o Poder Judiciário são órgãos do Estado e a medida sócio educativa está neste âmbito, mais que

129 pedagogicamente a responsabilidade é do município. O juiz Álvaro se pronunciou, dizendo que buscou

130 esclarecimentos sobre a responsabilidade dos serviços de alta complexidade e se deparou com um

131 documento que traz a Política Nacional de Assistência Social e procedeu a leitura do documento onde

132 define as responsabilidades de cada instância de governo e sobre o que são serviços de alta complexidade.

133 O psicólogo James do CIP disse que recentemente tiveram contato com profissionais da entidade não

134 governamental responsável pelo CIP em Rio do Sul, que afirmaram enfrentar as mesmas dificuldades de

135 Blumenau e que o repasse de recursos do Estado também sempre atrasa. A conselheira Karin colocou que o

136 problema da falta de co-responsabilidade é que o espaço físico é do Estado, o município administra mais

137 não pode fazer nenhuma mudança e que legalmente são cobrados mais encontram dificuldades, nesse

138 sentido. A assessora Rejane esclareceu que a Norma Operacional Básica - NOB, que irá regulamentar a

139 implantação do Sistema Único de Assistência Social, deve ser aprovada ainda este mês. Disse que a NOB,

140 regulamenta inclusive quais são as responsabilidades dos Estados e Municípios para a

141 implantação/implementação da política de assistência social. A coordenadora geral Maria Aparecida disse

142 que é preciso dar um encaminhamento para toda esta discussão, que até este momento tem a proposta

143 apresentada pelo Sr. Roberto e que é urgente que encontremos uma solução pois os adolescentes continuam

144 no CIP. O Sr. Roberto salienta que sua proposta é para médio e longo prazo e que é preciso definir algumas

145 questões imediatas. O promotor Gustavo disse que, o que pode ser feito de imediato é a reestruturação dos

146 quartos e a colocação de câmeras de vigilância. O Sr. Roberto afirma que “o que fazer com as emergências

147 o CMDCA já deliberou. É preciso resolver politicamente quem faz, e como faz.” A conselheira Salet disse

148 que o município precisa se manifestar se vai assumir ou não. O Conselho tem que se preocupar com o

149 adolescente e que como Conselho não querem que o Estado assuma pois irá repassar para uma Organização

150 Não Governamental assumir, e que uma ONG não tem força política e não tem recursos financeiros, o que

151 inviabilizaria o atendimento do adolescente. Disse ainda, que o Fórum DCA já discutiu e que esta é sua

152 compreensão. A coordenadora geral leu o ofício que a Secretaria de Segurança Pública encaminhou para a

153 SEMASCRI, pedindo prazo para se manifestar e dizendo que irão entregar a administração do CIP para uma

154 ONG. O Sr. Roberto disse “ que se o município entregar para o Estado estará colocando todo o trabalho por

155 água a baixo. É preciso que Blumenau tome uma decisão política e que todos os atores articulados assumam

156 com co-responsabilidades.” A conselheira Salet pede que se questione qual a posição deste Conselho em

157 relação ao CIP. A coordenadora geral discorda e diz que o Conselho não pode decidir. O Sr. Roberto defende

158 que o papel do CMDCA é político e que ele pode fazer uma recomendação. A conselheira Karin propõe que

159 se aguarde a posição do Estado antes de tomar uma decisão. O Sr. Roberto afirma que é importante que o

160 Conselho se posicione, inclusive antes do Estado se posicionar. A conselheira Salet propõe que seja feito

um ofício recomendatório, sendo que a plenária após discussão, deliberou por unanimidade 161 pela seguinte

162 recomendação: ***Que o CIP seja administrado pelo município de Blumenau com a co-responsabilidade do***

163 ***Estado nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente.*** Esta recomendação será encaminhada

164 através de ofício para o Prefeito de Blumenau, Secretário Municipal de Assistência Social, da Criança e do

165 Adolescente, Governador do Estado, Diretor de Justiça e Cidadania, Secretário de Estado de Segurança

166 Pública e Defesa do Cidadão, Secretário de Desenvolvimento Regional- Blumenau. Em seguida a

167 coordenadora geral colocou para apreciação a proposta do Sr. Roberto para a implantação de Fórum de

168 discussão, a proposta foi aprovada por unanimidade. 3º **Palavra Livre:** A gerente Patrícia informou sobre a

169 reunião que haverá para discutir o FUNDEB e a necessidade de indicar um representante do Conselho. A

170 conselheira Leila foi a indicada para representar o Conselho. 4º **Encerramento:** Nada mais havendo, a

171 Coordenadora Geral deu por encerrada a reunião extraordinária, da qual eu, Helena T. Cassaniga

172 Nascimento, lavei a presente ata, que depois de aprovada será assinada por mim e pelos presentes.

173

174 Helena T. C. Nascimento.....

175	Maria Aparecida Moraes.....
176	Alexandre Farias.....
177	Daniela Woiciechowski.....
178	Karin Z. Gouvea da Costa.....
179	Cláudia Lange.....
180	Sônia R. de Souza.....
181	Darci H. Pereira.....
182	Daniela D. P. Nunes.....
183	Vanessa Raquel Cardoso.....
184	Neiva de Assis
185	Leila P. Vieira Nagel.....
186	Umberto O. de Campos.....
187	Eva Salet Mendes Johann.....
188	Dora Neves Moritz.....
189	
190	Cientes:
191	
192	Nome: Assinatura:
193
194
195
196
197
198
199
200